

**PF indicia Bolsonaro e mais 36 por tentativa de golpe de Estado**

**Judiciário** Grupo foi acusado de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e outros dois crimes; é o 3º pedido de indiciamento contra ex-presidente

# PF indicia Bolsonaro, Braga Netto e mais 35 por tentativa de golpe

Isadora Peron, Flávia Maia e Mariana Assis  
De Brasília

A Polícia Federal (PF) encerrou na quinta-feira (21) as investigações sobre a suposta elaboração de um plano golpista para evitar a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após a eleição de 2022. Ao todo, 37 pessoas foram indiciadas, entre elas o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus principais aliados. Nessa lista, 25 são militares da ativa ou da reserva.

O documento foi enviado ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF). O grupo foi acusado dos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa.

Entre os indiciados, está o general da reserva Walter Braga Netto, que foi vice na chapa derrotada, e Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Também estão na lista o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto; e Filipe Garcia Martins, ex-assessor da Presidência da República.

Ao indiciar uma pessoa, a PF aponta que, durante as investigações, encontrou indícios de participação dos investigados no caso, isto é, de que os envolvidos de fato cometeram os crimes apontados. "Com a entrega do relatório, a Polícia Federal encerra as investigações referentes às tentativas de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito", disse a corporação em nota.

Segundo a PF, "as provas foram obtidas por meio de diversas diligências policiais realizadas ao longo de quase dois anos, com base em quebra de sigilos telemático, telefônico, bancário, fiscal, colaboração premiada, buscas e apreensões, entre outras medidas devidamente autorizadas pelo poder judiciário".

Esse é o terceiro pedido de indiciamento apresentado contra Bolsonaro. O primeiro, em março, trata da suspeita de um esquema de falsificação de certificados de vacinas de covid-19. O segundo, de julho, investiga a venda de joias e presentes valiosos recebidos pelo ex-presidente durante seu mandato.

Agora, Moraes vai analisar o documento da PF e enviá-lo para a manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Cabe a ele decidir se há elementos para apresentar uma denúncia contra o ex-presidente, envolvendo também outras investigações em curso. Caso isso ocorra, os indiciados se tomarão réus e serão julgados.

Os indiciados foram divididos em seis núcleos de atuação. Segundo a PF, os investigados es-

truraram-se por meio de divisão de tarefas, o que permitiu a individualização das condutas e a constatação da existência dos diferentes grupos.

Para a PF, não há dúvidas de que o ex-presidente tentou articular um golpe de Estado depois de ser derrotado nas urnas — movimento que levou à invasão das sedes dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

O papel do ex-presidente na trama golpista, segundo os investigadores, ficou mais claro em fevereiro, com a deflagração da Operação "Tempus Veritatis". De lá para cá, os investigadores colheram dezenas de depoimentos e reuniu novos indícios contra Bolsonaro e integrantes do antigo governo.

Na terça-feira, uma nova operação foi deflagrada. A ação foi batizada de Contragolpe. Quatro militares e um policial federal foram presos sob a suspeita de participar de um plano para matar Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e Moraes. Uma reunião para discutir a empreitada teria sido realizada na casa de Braga Netto, em 12 de novembro de 2022.

Na avaliação da PF, há indícios de que Bolsonaro sabia desse plano. O ex-presidente também organizou reuniões, inclusive no Palácio da Alvorada, para discutir a chamada "minuta do golpe", documento que previa anular as eleições.

O ex-presidente teria editado e "ensugado" o texto e consultado os comandantes das Forças Armadas sobre o assunto, para angariar apoio militar e tentar dar legitimidade aos atos.

Os relatos dos ex-chefes do Exército e da Aeronáutica, Marco Antônio Freire Gomes e Carlos de Almeida Baptista Jr., foram considerados essenciais para confirmar que Bolsonaro e seus auxiliares chegaram a preparar um decreto para instituir Estado de Defesa no país e impedir que Lula chegasse à Presidência.

Baptista contou ainda que, em uma das reuniões, Freire Gomes teria dito que precisaria prender o então presidente se ele tentasse colocar o plano em prática.

Já o então comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, teria colocado as tropas que chefiava à disposição de Bolsonaro, segundo relatos. Ele optou pelo silêncio ao ser interrogado. Dos três comandantes, Garnier Santos foi o único indiciado pela Polícia Federal nessa quinta-feira.

Outro personagem importante desse caso é o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. O militar, que também foi indiciado, teve audiência com Moraes na quinta-feira, após a PF apontar que ele omitiu informações ao fechar a sua delação premiada. Após a oitiva, o ministro decidiu manter o acordo firmado ano passado. Segundo o Valor apurou, Moraes ficou satisfeito com o novo depoimento porque ele deu mais informações sobre o papel desempenhado por Braga Netto na trama golpista (ver também página A14).

**Quem são os investigados**

Dos 37 indiciados, 25 são militares da ativa ou da reserva

**Quem são os indiciados**



**Jair Messias Bolsonaro**  
Ex-presidente e capitão reformado do Exército

**Walter Braga Netto**  
General da reserva do Exército e ex-ministro da Defesa e Casa Civil

**Augusto Heleno**  
General da reserva do Exército e ex-chefe do GSI

**Paulo Sérgio Nogueira**  
General da reserva do Exército e ex-ministro da Defesa

**Almir Garnier Santos**  
Almirante da reserva e ex-comandante-geral da Marinha

**Valdemar Costa Neto**  
Presidente nacional do PL

Nome	Ocupação	Militar ou civil
Estevam Cals Theóphilo Gaspar de Oliveira	General da reserva do Exército e ex-chefe do Comando de Operações Terrestres;	Militar
Mauro Cesar Barbosa Cid	Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e tenente-coronel do Exército	Militar
Ailton Barros	Coronel reformado do Exército	Militar
Marcelo Câmara	Coronel da reserva do Exército	Militar
Bernardo Romão Correa Neto	Coronel do Exército	Militar
Rafael Martins de Oliveira	Tenente-coronel do Exército	Militar
Angelo Martins Denicoli	Major da reserva do Exército e ex-diretor de Monitoramento e Avaliação do SUS	Militar
Cleverson Ney Magalhães	Coronel da reserva do Exército	Militar
Guilherme Marques Almeida	Coronel do Exército	Militar
Hélio Ferreira Lima	Tenente-coronel do Exército	Militar
Mario Fernandes	General da reserva do Exército, ex-comandante de Operações Especiais e ex-ministro interino da Secretaria-Geral	Militar
Ronald Ferreira de Araújo Júnior	Tenente-coronel do Exército	Militar
Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros	Tenente-coronel do Exército	Militar
Alexandre Castillo Bitencourt da Silva	Coronel do Exército	Militar
Alexandre Rodrigues Ramagem	Deputado Federal e ex-diretor da Alan	Civil
Amnari Feres Saad	Advogado	Civil
Anderson Gustavo Torres	Ex-ministro da Justiça	Civil
Anderson Lima de Moura	Coronel do Exército	Militar
Carlos Cesar Marezsulin Rocha	Engenheiro, dono do Instituto Voto Legal (IVL)	Civil
Carlos Giovanni Delevati Pasini	Coronel do Exército na reserva	Militar
Filipe Garcia Martins	Ex-assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência	Civil
Fernando Cerimedo	Consultor argentino, que espalhou "fake news" sobre as urnas	Civil
Giancarlo Gomes Rodrigues	Subtenente do Exército	Militar
José Eduardo de Oliveira e Silva	Padre da diocese de Osasco	Civil
Laércio Vergilio	General de brigada reformado	Militar
Marcelo Berninwet	Agente da Polícia Federal, que atuou na Abin	Civil
Nilton Diniz Rodrigues	General de brigada do Exército	Militar
Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho	Economista e biólogo, neto do ex-presidente João Figueiredo	Civil
Tércio Arnaud Tomaz	Ex-assessor de Bolsonaro, apontado como integrante do "gabinete do ódio"	Civil
Wladimir Matos Soares	Agente da Polícia Federal (PF)	Civil
Fabrizio Moreira de Bastos	Coronel do Exército	Militar

**Crimes a que indiciados responderão**

	Pena
Golpe de Estado	4 a 12 anos de prisão
Abolição violenta do Estado democrático de Direito	4 a 8 anos de prisão
Integrar organização criminosa	3 a 8 anos de prisão

**Próximos passos**

- 1** Análise de Alexandre de Moraes
- 2** Encaminhamento para a PGR
- 3** "PGR toma uma das ações"
  - Apresenta denúncia do inquérito do golpe
  - Apresenta denúncia conjunta com outros inquéritos (joias e vacinas)
  - Pede novas diligências
  - Arquivar o processo
- 4** Caso haja denúncia, indiciados se tornam réus e vão a julgamento

Foto: Polícia Federal

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 12